



*Alessandro Meliso*  
@alessandromelisorodrigues

# **MANUAL DE DEFESA NO DESBLOQUEIO SISBAJUD**

# INTRODUÇÃO

O Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) é uma ferramenta eficiente para o bloqueio de ativos financeiros de devedores. No entanto, existem diversas maneiras legais de se defender contra bloqueios indevidos, assegurando a proteção dos direitos fundamentais do devedor. Este e-book detalha as principais formas de defesa contra o bloqueio de bens e ativos financeiros, com base no Código de Processo Civil (CPC) e em jurisprudências recentes.

# IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO

## Fundamento Legal

O artigo 833, IV do CPC garante a impenhorabilidade de salários e outros rendimentos de caráter alimentar, como proventos, subsídios e pensões.

## Como Funciona a Defesa

Quando o bloqueio recai sobre salários ou rendimentos alimentares, é possível apresentar uma petição com provas documentais, como contracheques e extratos bancários, demonstrando que o montante bloqueado é destinado à subsistência do devedor e de sua família.

## **Argumentação Jurídica**

O salário é protegido para garantir a dignidade do devedor e de sua família. A penhora só é admitida em casos excepcionais, como dívidas de natureza alimentar, ou quando o salário ultrapassa 40 salários mínimos.

## **Jurisprudência**

A jurisprudência do STJ tem reiterado a proteção dos salários, exceto em situações muito específicas, como dívidas alimentares. Decisões judiciais recentes têm ampliado a aplicação dessa regra.

- **REsp 1.230.957/SP:** Nesse julgamento, o STJ reafirmou a impenhorabilidade do salário mesmo que o valor seja transferido para uma conta corrente, desde que fique comprovado que a quantia é utilizada para a subsistência do devedor. A decisão ressalta que a proteção se aplica ao salário como forma de garantir o mínimo existencial.
- **REsp 1.184.765/MG:** O STJ reiterou que a penhora de salário só pode ocorrer em situações excepcionais, como dívidas alimentares. Neste caso, o tribunal reforçou que os rendimentos do devedor devem ser protegidos para garantir a sua dignidade e a de sua família.

# **IMPENHORABILIDADE DE VALORES POUPADOS**

## **Fundamento Legal**

O artigo 833, X do CPC protege os valores depositados em cadernetas de poupança, bem como outros ativos financeiros, até o limite de 40 salários mínimos.

## **Como Funciona a Defesa**

A defesa deve demonstrar que os valores bloqueados estão destinados a uma poupança de subsistência futura, apresentando documentos como extratos bancários ou comprovantes de investimento.

## **Argumentação Jurídica**

O legislador buscou proteger as reservas financeiras de pequenos poupadore, garantindo um nível básico de segurança econômica. A defesa deve comprovar que os valores bloqueados têm essa finalidade.

## **Jurisprudência**

Decisões recentes do STJ têm ampliado a proteção para outros ativos além da poupança, como fundos de investimento e CDBs, desde que comprovadamente destinados à poupança.

- **REsp 1.798.161/SP:** O STJ entendeu que a proteção dos valores depositados em caderneta de poupança é válida até o limite de 40 salários mínimos. No julgamento, o tribunal reafirmou que essa impenhorabilidade visa garantir a reserva financeira mínima do devedor.
- **REsp 1.569.612/SC:** Neste caso, o STJ ampliou a proteção para ativos financeiros além da caderneta de poupança, desde que estes valores sejam destinados à subsistência do devedor. O tribunal considerou que fundos de investimento e outras aplicações podem ser equiparados à poupança, desde que o devedor comprove essa destinação.

# **DEFESA POR EXCESSO DE BLOQUEIO**

## **Como Funciona a Defesa**

Caso o valor bloqueado seja maior do que o necessário para garantir a dívida, é possível solicitar judicialmente a redução do montante bloqueado. Essa defesa requer a comprovação de que o bloqueio excede o valor da dívida.

## **Argumentação Jurídica**

A penhora deve ser proporcional ao valor da dívida. Qualquer valor excedente deve ser imediatamente liberado em favor do devedor, para evitar abusos no processo de execução.

# **VIOLAÇÃO À DIGNIDADE E AO MÍNIMO EXISTENCIAL**

## **Como Funciona a Defesa**

Em situações onde o bloqueio compromete as condições mínimas de sobrevivência do devedor, pode-se alegar a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.

## **Argumentação Jurídica**

A Constituição Federal assegura a preservação do mínimo existencial. Bloquear valores que comprometem a subsistência do devedor e sua família pode ser considerado um abuso do direito de penhora.

## Comprovação

Documentos como planilhas de despesas mensais, extratos bancários e recibos de pagamento de contas essenciais podem ser apresentados para comprovar que o valor bloqueado é indispensável à sobrevivência.

# **PRAZO PARA APRESENTAR DEFESA**

## **Como Funciona a Defesa**

O prazo inicial para apresentar uma defesa contra o bloqueio é de 5 dias a partir da intimação. Entretanto, como a impenhorabilidade é uma matéria de ordem pública, pode ser arguida a qualquer momento, inclusive após o prazo inicial.

## **Importância de Agir Rápido**

Apesar de ser possível contestar a penhora a qualquer tempo, agir dentro do prazo assegura maior eficiência no levantamento de bloqueios indevidos.

# **PRAZO PARA APRESENTAR DEFESA**

## **Como Funciona a Defesa**

O prazo inicial para apresentar uma defesa contra o bloqueio é de 5 dias a partir da intimação. Entretanto, como a impenhorabilidade é uma matéria de ordem pública, pode ser arguida a qualquer momento, inclusive após o prazo inicial.

## **Importância de Agir Rápido**

Apesar de ser possível contestar a penhora a qualquer tempo, agir dentro do prazo assegura maior eficiência no levantamento de bloqueios indevidos.

**Se você tem interesse em dominar o Desbloqueio Sisbajud e utilizar essas e muitas outras defesas aplicáveis no Desbloqueio Sisbajud, toque no botão abaixo e conheça o Treinamento Expert no Desbloqueio Sisbajud:**

**QUERO SER UM EXPERT**